

Livre comércio e dolarização: uma análise crítica da concepção teórica de seus defensores.

Paulo Nakatani e Luiz Jorge V. Pessoa de Mendonça.

Professores do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

e-mail: pnakatani@uol.com.br, mendonça@npd.ufes.br.

ABSTRACT - There are a lot of works about the dolarization in latin american countries or about the construction of a free comercial area around the american hemisphere. Frequently they suggest that these alternatives are related to an evolution of the market system, even being an derisable aim. The most representative of them take the dolarisation as an alternative of a good macroeconomic policy. Alternatively, based on a marxist approach, we emphasize the neoclassical methodological conception of these works in order to examine the inconsistency between their prescriptions and the results disered.

Key words: dolarisation, ALCA, marxist economy.

RESUMO - Existem diversos trabalhos sobre dolarização nos países latino-americanos, ou sobre a construção de uma área de livre comércio nas Américas. Eles sugerem, freqüentemente, que essas alternativas estão relacionadas com a evolução do mercado, sendo até um objetivo desejável. Os trabalhos mais representativos consideram a dolarização como alternativa de uma boa política macro-econômica. A partir de uma abordagem marxista, enfatizamos a concepção metodológica neo-clássica desses trabalhos para mostrar a inconsistência entre as medidas prescritas e os resultados desejados.

Palavras-chave: dolarização, ALCA, economia marxista

1. INTRODUÇÃO

A posição mais recente dos países membros do Mercosul em relação ao calendário de negociações da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – torna esse projeto cada vez mais próximo de converter-se em uma realidade. Os dirigentes desses países, em especial Argentina e Brasil, vêm assumindo posições que privilegiam ganhos comerciais hipotéticos. Bem verdade que não existe consenso a favor ou contra, mas a evolução das negociações aponta no sentido de concretização do acordo com os norte-americanos. Do ponto de vista desses últimos, a constituição da ALCA apresenta enormes vantagens econômicas, principalmente se conseguirem manter uma parcela significativa das barreiras não tarifárias. Para as elites nacionais latino-americanas as posições variam bastante: do pleno apoio ao acordo, nos termos propostos desde o início, até posições que procuram

retardá-lo e/ou restringir sua abrangência. Consolidá-lo após estabelecer vínculos mais fortes com o mercado europeu e retirar de pauta os aspectos não-comerciais (compras governamentais, patentes e investimentos¹) são alguns exemplos que norteiam as estratégias dos governantes sul-americanos. Tais posições têm em comum a ilusão de que o acesso ao maior mercado consumidor do mundo constitui uma grande e incontestável oportunidade para escapar do subdesenvolvimento. Para a outra parte das sociedades latinas, aquela que vem sofrendo mais as conseqüências das políticas econômicas liberalizantes implementadas nas últimas décadas, o acordo da ALCA não só suprimiria as soberanias nacionais, como aumentaria ainda mais as dramáticas diferenças sociais, a pobreza e a miséria².

Além disso, um dos pontos pouco discutidos no debate em torno da ALCA é a questão monetária³. Sua implementação deverá fazer com que essa questão retorne de forma muito mais contundente. Ora ela poderá ser vista como condição necessária ao desenvolvimento e manutenção do acordo, ora como conseqüência desse processo de “integração”. Assim, alguns analistas temem que, no longo prazo, a implementação da ALCA também leve à dolarização das economias latino-americanas⁴. Apesar do desejo de parte das elites latino-americanas e norte-americanas, a experiência Argentina e as insatisfações com a dolarização no Equador podem refrear o processo⁵. Entretanto, a volatilidade cambial e a instabilidade monetária na América Latina são fatores que podem contribuir na pressão pela dolarização na medida em que isso funciona como mecanismo de proteção para as aplicações financeiras.

Um dos mecanismos de proteção ao capital estrangeiro é a estabilidade monetária - processos agudos de desvalorização cambial podem gerar enormes perdas para os capitais

¹ Esta proposta foi apresentada, em junho de 2003, pelo Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e negada pelos EUA e alguns dos países andinos. Tal fato é forte indicativo de que não há uma posição unânime sobre os termos de negociação da ALCA entre os países latinos e, também, entre os membros e parlamentares representantes do governo brasileiro.

² A discussão sobre a ALCA foi desenvolvida em Nakatani (2002).

³ Isso não exclui o enorme e “animado” debate sobre a dolarização na América Latina, mas são discussões paralelas com poucos pontos de contato.

⁴ Para Guimarães (1998), por exemplo, “O objetivo econômico norte-americano é estabelecer um território econômico único nas Américas, com livre circulação de bens, serviços e capitais, porém sem livre circulação da mão-de-obra, em especial aquela de menor qualificação, e, gradualmente, fazer adotar o dólar como moeda hemisférica, cuja emissão e circulação ficariam sob exclusivo controle norte-americano...”.

⁵ Uma pesquisa de opinião mostrou que “Siete de cada diez quiteños y seis de cada diez guayaquileños, cambiarían sus dólares por “nuevos sures” en caso de creárselos, lo que significa que existiría aceptación de

estrangeiros, como demonstra a história monetária da América Latina das últimas décadas. Nos anos oitenta, as crises hiperinflacionárias engendraram as mais diferentes formas de dolarização como forma de proteção da riqueza individual. A implementação do *currency board*, no caso da Argentina, e da dolarização são bons exemplos. A dolarização também pode tornar-se um imperativo no caso de desenvolvimento da ALCA, à medida que desvalorizações contínuas das moedas nacionais significariam, na prática, um tipo de “medida protecionista indesejada” ao processo de integração comercial. Em ambos os casos, o clamor dos liberais mais radicais pela dolarização justifica-se para assegurar desde já os termos/objetivos do acordo de livre comércio. Por outro lado, as próprias conseqüências decorrentes desse acordo justificam o temor de perda da soberania monetária. Nesse caso, a reestruturação produtiva/especialização⁶ dos países latinos criaria as condições para a dolarização das diversas economias sul-americanas. Os diferenciais de crescimento da produtividade, beneficiando enormemente a economia norte-americana, aliada à uma dependência cada vez mais forte em relação ao comércio exterior com os EUA, devido à essa tendência de especialização, conduziria a América Latina a formas de dolarização unilateral e generalizada. No entanto, ao invés de uma moeda única, teríamos uma regulação econômica interna pautada exclusivamente pelo aspecto monetário e dependente da gestão econômica norte-americana.

Para os EUA, estaríamos no melhor dos mundos: uma moeda comum ao continente, sem o compromisso de qualquer alteração na gestão da moeda que contrariasse seus interesses. O ônus ficaria a cargo de cada país e tão mais difícil de resolver quanto mais a dolarização fosse aprofundada e abrangente, e sequer garantindo a estabilidade monetária. Em alguns casos, essa alternativa não resolveu a proteção aos investidores estrangeiros, como por exemplo a economia argentina que entrou em colapso após uma década de dolarização. O Equador, que dolarizou completamente a sua economia em 2000, abrindo mão de sua soberania monetária, até o momento não conseguiu a estabilidade. Esse país ainda sofre um processo elevado de inflação, em dólares.

Desse modo, na seção seguinte analisaremos mais detalhadamente o ideário liberal ortodoxo, mais convicto das vantagens da dolarização, cuja parte significativa de seus

la ciudadanía para un proceso de convertibilidad monetaria, independientemente de si es o no beneficioso técnicamente para el país.” (IESOP, 2002).

⁶ Sobre esse aspecto da dolarização ver Morandi et alii, “L’Etat et la monnaie en Amérique Latine. Les tendances à la dollarisation”. Revue Tiers Monde, n°171, PUF, juillet-septembre. Paris, 2002.

trabalhos consiste em refutar algumas objeções do FMI a esse respeito. Na terceira seção, apresentaremos algumas críticas à dolarização e apresentamos nossas considerações a título de conclusão.

2. A DOLARIZAÇÃO LIBERAL

A elevada volatilidade⁷ das economias, tanto em termos financeiros como em termos de desempenho da produção e, conseqüentemente, das taxas de crescimento do PIB, tende a conduzir o debate em torno da inviabilidade de uma moeda nacional para cada um dos diferentes países. Detectada a inviabilidade, através das crises financeiras recorrentes e das dificuldades encontradas para a estabilização cambial, uma das “soluções” se dirige para a dolarização. Uma parte da discussão passou pela idéia de constituir uma área monetária comum entre os países participantes do Mercosul⁸. “A dolarização unilateral total dos países latino-americanos ou a criação de uma união monetária regional, baseada em uma integração econômica substancial, parecem constituir as duas únicas possibilidades de assegurar um crescimento durável e não-inflacionário reduzindo a volatilidade macroeconômica característica da região.” (HERRERO e GLÖCKLER, 2001, p. 110). No entanto, a crise financeira no Brasil, em 1998, o colapso do plano de conversibilidade na Argentina, em 2001, e a nova crise financeira no Brasil e Uruguai, em 2002, parecem colocar por terra a possibilidade de uma união monetária regional.

Ao mesmo tempo, as crises cambiais recorrentes fazem com que o FMI, o Congresso Nacional dos Estados Unidos e um grupo importante de economistas⁹, fundamentalmente liberais, estejam trabalhando sobre a questão da dolarização. Alguns deles apresentando programas tão detalhados que chegam a incluir os projetos de lei para a dolarização. Entretanto, a avaliação das vantagens e desvantagens da dolarização, realizada pelo FMI, conduz a conclusões mais cautelosas quanto às recomendações para a

⁷ “A lógica financeira introduzida pelo funcionamento de uma economia cassino tende a impor uma grande instabilidade e, então, flutuações importantes na atividade econômica. Torna-se um verdadeiro círculo vicioso. Dado isso, seria equivocado atribuir unicamente a esta dimensão financeira, seja ela considerável, a responsabilidade da eclosão de uma crise.” (SALAMA, 2002, p. 104).

⁸ Ver por exemplo: GIAMBIAGI, 1997, GIAMBIAGI, 1999, GIAMBIAGI, 2001 e LAVAGNA e GIAMBIAGI, 1998.

⁹ No caso do FMI, ver Berg e Borensztein (2000), do Congresso Nacional norte-americano, Schuler (2000) e para as propostas de dolarização, ver IEEP (2000) e Hanke e Schuler (1999 e 2001).

dolarização¹⁰. Os autores do estudo do FMI consideram que a dolarização não isola o país das crises financeiras internacionais nem elimina o risco de fuga de capitais. Além disso, a perda da função de prestador de última instância, com a supressão do Banco Central, mantém o risco de ocorrência de crises bancárias. Para terminar eles se perguntam: “qual é o resultado líquido das vantagens e inconvenientes da dolarização? [e respondem] não deixa de ser frustrante que a resposta seja ambígua. É inevitável devido à complexidade do tema e dos escassos conhecimentos que se têm atualmente.” (BERG e BORENSZTEIN, 2000).

No início de 1999, com as turbulências decorrentes da crise de câmbio no Brasil, o Presidente Menem declarou a sua intenção de dolarizar a economia argentina. No mesmo período, Steve Hanke e Kurt Schuler (1999), provavelmente os dois dos maiores defensores da dolarização, publicaram uma proposta para a dolarização da Argentina¹¹. Este texto foi atualizado e ampliado com uma nova proposta publicada em dezembro de 2001 (HANKE e SCHULER, 2001). O ponto de partida era que a Argentina já era uma economia altamente dolarizada, mas não oficialmente. Para eles, com a dolarização “se quer dizer dolarização total e completa. Sob a dolarização oficial, substituem-se todas as notas e moedas por dólares e todos os ativos, passivos e preços em pesos seriam convertidos em dólares ao câmbio atual de um dólar por peso.” (HANKE e SCHULER, 1999). Eles criticam o sistema de conversibilidade argentino, pois não funcionava como um sistema puro ou ortodoxo de caixa de conversão (*currency board*). A diferença é que na Argentina foi mantido um Banco Central com alguma possibilidade de executar uma política monetária e exercer o papel de prestador de última instância. Uma crítica que eles faziam desde que o plano de conversibilidade foi implementado.

Com a dolarização, todos os custos de conversão entre as moedas seriam suprimidos, pois seria somente uma questão de trocar o nome de pesos para dólares. Do ponto de vista dos benefícios eles avançam em dois pontos. O primeiro ponto é que, com a dolarização, as taxas de juros cairiam rapidamente convergindo para a taxa norte-

¹⁰ Apesar dessas ponderações, “quizás es ambigua la posición de Washington frente a la dolarización. Por un lado comentan que no hay las premisas macroeconómicas básicas em algunos países, y por outro lado impulsan al FMI para que ayude a la instrumentación de esta reforma monetária; em el caso ecuatoriano a la Duda inicial siguió um creciente respaldo, que há estado presente em el caso salvadoreño desde el principio.” (ACOSTA, 2002).

americana mais a diferença decorrente de custos de transação. Adicionalmente, a queda na taxa de juros aceleraria o crescimento e reduziria sua volatilidade. O segundo, é que a dolarização elimina instantaneamente o risco cambial e todas as possibilidades de ataques especulativos. Mais ainda, eles defendiam que a dolarização fosse realizada de forma unilateral, sem nenhum acordo prévio com os Estados Unidos. A recuperação das receitas de senhoriagem poderia ser efetuada através de algum acordo específico.

No entanto, essa visão da formação da taxa de juros sob as novas condições criadas pela dolarização é equivocada. A oferta e a demanda de capital monetário é que determina a taxa de juros. Sob um regime de liberalização dos fluxos de capital e a dominância da esfera financeira essa forma de determinação poderá conduzir a uma taxa muito mais elevada. Na hipótese defendida de um sistema ortodoxo de caixa de conversão, o mais provável seria a penúria de signos de valor para realizar a totalidade da produção. A quantidade interna de moeda, cuja emissão é de exclusividade do FED - o Banco Central americano -, somente estaria adequada se o valor das exportações fosse substancialmente mais elevado que o das importações, de modo a garantir a manutenção do nível de trocas internas compatível com o desenvolvimento e o nível de investimentos à uma determinada taxa. Esta dificuldade somente poderá ser contornada com a criação secundária de dólares de forma escritural pelo sistema bancário. Além disso, o mais provável é que os recursos monetários sejam absorvidos em sua maior parte pelos setores ligados ao comércio exterior e às finanças internacionais, deixando o mercado interno em situação difícil.

A proposição de que a dolarização acabaria com o risco cambial e os ataques especulativos é correta pois não haveria mais uma moeda nacional contra a qual se voltam os ataques especulativos. Mas isso não suprime os fundamentos de uma crise cambial, na qual os capitalistas transferem para o exterior os seus haveres e o Estado defronta-se com uma situação de esgotamento de suas reservas internacionais. Enfim, o ajuste automático do balanço de pagamentos decorrente dessa opção, mais do que garantir o país contra o risco cambial, provocaria na economia ajustes recessivos constantes. Esse ponto constitui a base para a compreensão da instabilidade monetária no Equador pós-dolarização. A eclosão da crise econômica e social da Argentina, com algum grau de liberdade para o

¹¹ Em janeiro de 2000, o Instituto Equatoriano de Economia Política - IEEP (2000) - publicou um documento semelhante. Todo o fundamento e o detalhamento da proposta tem o mesmo marco teórico do trabalho de Hanke e Schuler.

Banco Central executar política monetária e, portanto, retardar as conseqüências da dolarização, reflete, de certa maneira, as enormes dificuldades desse projeto.

Em defesa da dolarização eles também argumentam que os seus benefícios seriam muito superiores aos custos. Esses ocorreriam, fundamentalmente devido às perdas das receitas de senhoriagem, mas que poderiam ser parcialmente recuperadas através de um acordo com os Estados Unidos. No texto de 1999, Hanke e Schuler estimam que o custo de senhoriagem para a economia Argentina seria de 0,22% do PIB, ao ano. Como parte da senhoriagem poderia ser recuperada através de um acordo com os Estados Unidos¹², esse custo poderia diminuir significativamente. Em outro estudo, Schuler (1999) estima o custo de senhoriagem, para a Argentina, entre 0,2% e 0,5% do PIB. Na primeira estimativa ele utiliza o conceito de substituição do estoque de moeda em circulação¹³, método utilizado por Stanley Fischer em um estudo de 1982; na segunda, ele utiliza um método baseado no conceito de fluxo. O primeiro método “é apropriado para um país que deseja ter baixa inflação e baixas taxas de juros; o segundo método [...] é mais apropriado para um país que utiliza uma inflação alta como um instrumento para obter ganhos de senhoriagem.” (SCHULER, 1999). Ele calcula que esse custo seria de 0,1% e 1,3% para o Brasil; de 0,2% e 7,4%, para o Equador; e de 0,2% e 0,8%, para o México. O importante a destacar é que a recuperação do custo de senhoriagem por meio de acordo com os EUA, qualquer que seja o percentual, implica aceitar condicionantes à política econômica, inerentes à concessão de um acordo desse tipo e que tendem a ser prejudiciais para o continente sul americano.

Uma das críticas que todos os que são contrários à dolarização fazem é a perda de soberania monetária. Para Hanke e Schuler (1999) essa crítica à dolarização não é econômica, mas política. Mais ainda, ela é equivocada porque confunde soberania econômica e soberania política. Um dos argumentos que ele utiliza é que “os vários países dolarizados não consideram que a dolarização limite a sua independência, ou que uma moeda emitida nacionalmente seja essencial para preservar sua soberania e orgulho

¹² “Para el gobierno de los Estados Unidos, el señoraje neto de emitir dólares, medido de acuerdo al flujo de pagos que el Sistema de Reserva Federal hace al Tesoro, es aproximadamente \$25 mil millones al año.” (SCHULER, 1999).

¹³ Esse seria o custo de obtenção de uma quantidade de reservas internacionais para substituir o estoque doméstico de moeda em circulação. O conceito de fluxo significa as perdas das receitas de juros que o país teria com a conversão das reservas internacionais em notas para circulação interna.

nacional.” (HANKE e SCHULER, 1999)¹⁴. Outro argumento é que, em comparação com a união monetária, a dolarização oferece uma soberania muito superior. Um país dolarizado ou com caixa de conversão pode entrar ou sair desses sistemas de forma voluntária, enquanto que em uma união monetária seria muito difícil de sair dela unilateralmente. Esta opinião não é compartilhada por Berg e Borensztein (2000), para eles, “uma das maiores vantagens da dolarização é a sua credibilidade, e esta *deriva* de uma decisão quase irreversível. Para alguns países em circunstâncias particulares, a irreversibilidade poderia exigir um custo elevadíssimo.”

Em seguida, eles discutem a objeção de que a dolarização impediria a execução de uma política monetária independente. Aceitam que a objeção é teoricamente correta, mas contra-argumentam, de novo, com uma proposição empírica questionável, recorrendo às pequenas colônias e ex-colônias. “As taxas de crescimento dos países em desenvolvimento sem flexibilidade monetária – aqueles com caixas de conversão ou com sistemas dolarizados – foram 50 por cento maiores do que a dos países com bancos centrais e flexibilidade monetária, entre 1950 e 1993” (HANKE e SCHULER, 1999). Mas, a própria relação causal entre política monetária, independente ou não, e o crescimento econômico é questionável. Os determinantes da acumulação de capital são muito mais amplos e complexos e não devem ser limitados à forma da política monetária.

Os autores aproveitam uma outra crítica à dolarização para aprofundar ainda mais as propostas liberais. O dólar poderia tornar-se muito instável prejudicando a economia argentina. A solução poderia já estar incluída no programa de dolarização. Assim, da proposta de dolarização, eles escorregam para a liberação de qualquer outra moeda. Depois do colapso do sistema clássico de moeda de curso forçado, que se generalizou nas economias nacionais após o final do padrão ouro, propõem a substituição por uma moeda de escolha individual. Deste modo, a dolarização na Argentina deixaria de ser uma dolarização, o dólar poderia ser substituído por qualquer outra moeda. O consumidor

¹⁴ Neste texto, estes autores não mostram que dentro dos exemplos que citam o maior país dolarizado independente é o Panamá, com uma população de 2,7 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 8,7 bilhões. Assim, qualquer comparação com países maiores pode induzir a equívocos. Mas, o próprio Schuler (1999), em relatório para o Senado norte-americano, afirma que “dos 13 países oficialmente dolarizados que são independentes, o Panamá é várias vezes maior, em população e economicamente do que todos os outros somados”. Em seu texto, ainda existem 16 outros territórios pertencentes a países independentes ou colônias. Atualmente, já contam com outro país independente maior do que o Panamá para servir de exemplo. É o caso do Equador, que é um exemplo adicional utilizado por Hanke e Schuler em sua proposta para a dolarização da Argentina, de 2001.

soberano é quem decidiria qual a melhor moeda do ponto de vista de cada um deles. Aparece subjacente à esta concepção a idéia da moeda privada, defendida por Hayek. Mais do que isso, esse resvalo demonstra como os autores têm em mente o referencial neoclássico, em que a moeda é um mero instrumento de troca que emana do mercado e não interfere na produção.

Eles criticam igualmente a concepção de uma área monetária ótima. Para os defensores dessa concepção, a Argentina não apresenta os requisitos para compor uma área monetária ótima com a economia norte-americana. Para Hanke e Schuler, não é possível determinar *a priori* uma área monetária ótima. Para eles, “a única forma de determinar uma área monetária ótima é dando liberdade para as pessoas escolherem, e observar os resultados...” (HANKE e SCHULER, 1999). Mais uma vez reforçam a idéia de que a moeda nada tem a ver com a esfera produtiva. A boa gestão, entendida como disciplina monetária, seria necessária para que as trocas de mercadorias se efetuassem segundo os critérios de maximização do bem-estar. Implícita nessa teoria está a idéia de que as especificidades das diversas economias e os diferentes níveis de desenvolvimento não são relevantes, podendo ser suplantados pela constituição de um único e hipotético mercado no hemisfério. Os desequilíbrios em termos de nível de emprego e distribuição de renda são considerados como “naturais” às sub-regiões.

Na proposta de 2001, a maior parte dos pontos acima citados está distribuída de forma diferente. Após um diagnóstico da crise detonada em 2001, o maior esforço é para demonstrar as vantagens da dolarização. Assim, antes de discutirem as objeções que geralmente são formuladas contra a dolarização da Argentina eles desenvolvem cinco pontos que chamam de “bases para a dolarização”. No primeiro ponto, eles defendem a conversão do peso em dólares à taxa de um por um; no segundo, a reforma do Banco Central; no terceiro, a permissão aos bancos privados para emitirem papel-moeda; no quarto, a eliminação de todos os controles sobre o câmbio; e no quinto, outros aspectos.

a) A taxa de conversão do peso

A defesa da conversão do peso em dólar, à taxa de um por um, se constitui também em uma crítica àqueles que defendiam que o peso estava sobre-valorizado após dez anos do sistema de conversibilidade. O primeiro argumento é que, se o peso estivesse sobre-valorizado, a oferta de pesos seria maior do que a demanda que o Banco Central realizaria; o segundo é que as exportações cairiam, porém só começaram a cair após a desvalorização

do Real em 1999; o terceiro é que a deflação na Argentina não era resultado da ação do Banco Central, pois este executou uma política próxima à uma caixa de conversão ortodoxa e manteve suas reservas internacionais próxima ao passivo monetário; enfim criticam as “observações casuais”, como as tarifas de táxis, e citam que Buenos Aires está no 22º lugar entre as 58 cidades mais caras do mundo. Além desses pontos, a proposta de Hanke e Schuler ainda discorre mais longamente sobre outros aspectos a respeito do valor do dinheiro e da existência de reservas internacionais, suficientes para que a Argentina faça a conversão um por um.

Para Hanke e Schuler, o valor do dinheiro é avaliado estritamente dentro da antiga e tradicional teoria quantitativa da moeda, nesta concepção o peso estava sobre-valorizado em relação a outras moedas, mas não em relação ao dólar¹⁵. Se utilizarmos uma outra concepção de dinheiro, o dinheiro, como medida de valor, não pode ser fixo. Na discussão sobre a “medida invariável do valor”, Marx demonstra, no capítulo III d’O Capital, que o valor do dinheiro deve ser necessariamente variável, mas deve ser constante enquanto padrão de preços. A “solução” da contradição entre medida do valor e padrão de preços, através da “unificação” dessas funções em um numerário expresso através da moeda de crédito, conduz a impasses contínuos. Pois, entre dólar e peso, ou real, ou euro, ou qualquer outra moeda, a unidade do padrão (os números) permanece constante, subentendendo que seus valores também, somente os nomes monetários mudam. Assim, o valor do dinheiro em um país deveria estar variando continuamente, não só dentro do país quanto em relação ao dinheiro de outros países. A tentativa de manter a relação fixa, através das diferentes formas de regime de taxa fixa de câmbio, só conduz a impasses insolúveis ou a soluções na qual uma economia menos desenvolvida, em termos de acumulação de capital, é extremamente fragilizada. E isso é decorrente da própria natureza contraditória do dinheiro, cuja conversão no dinheiro de crédito contemporâneo aguça ainda mais essa contradição.

b) Reforma do Banco Central

¹⁵ Os neoclássicos estimam o valor relativo das moedas a partir da Paridade de Poder de Compra, na qual o preço, em diferentes países, de uma mercadoria homogênea é utilizado como parâmetro desse valor. Um dos índices mais conhecidos é o “*Big Mac*”. Assim, se o preço de um “*big mac*” convertido em dólares à taxa de câmbio corrente for igual em dois países diferentes, não há sobrevalorização nem subvalorização da taxa de câmbio.

O segundo ponto dentre as “bases para a dolarização” refere-se à reforma do Banco Central. Essa reforma, segundo os autores, significa a supressão do Banco Central enquanto Banco Central¹⁶. Ele poderia ser mantido como supervisor do sistema financeiro e coletor de dados estatísticos, podendo permanecer “ocupando seu elegante edifício na City de Buenos Aires” (HANKE e SCHULER, 2001, p.17). Com a dolarização não existiria mais necessidade de emissão de pesos; aliás, o peso deveria ser abolido como moeda de curso legal, para evitar qualquer tentação posterior de reintroduzi-lo. As moedas fracionárias poderiam ser mantidas para facilitar as transações, desde que estipulado certo limite de emissão com lastro preferencialmente em divisas estrangeiras. Após esse patamar, poder-se-ia utilizar as moedas fracionárias emitidas pelos Estados Unidos ou pelos bancos privados. Hanke e Schuler consideram que a dolarização conduziria rapidamente à uma queda na taxa de juros e à eliminação das crises monetárias. Por isso, as reservas bancárias, que seriam convertidas em requisitos de liquidez, poderiam ser reduzidas ao nível de 10%, como é exigido nos Estados Unidos, ou a 0%, como no Panamá. Isso deveria ser acompanhado pela supressão de qualquer limite para as taxas de juros.

A eliminação do Banco Central representa a supressão da política monetária e da função de prestador de última instância. Do ponto de vista liberal mais ortodoxo, essa função não deveria mesmo existir, pois estimula a especulação¹⁷ e conduz as economias às crises monetárias. A função de prestador de última instância estimula os agentes econômicos a correrem maiores riscos, pois sabem que, em caso de perda, serão ressarcidos pelo Banco Central. É o que denominam de “risco moral”. Dessa forma, a exigência de manutenção de elevadas reservas bancárias também não tem sentido, pois cada banco passaria a ser responsável pela sua própria estabilidade e solvência. Segundo a política monetária, a taxa de reservas bancárias limita a criação secundária de moeda, portanto, com a privatização da emissão conforme a proposta liberal apresentada no ponto

¹⁶ Segundo a teoria quantitativa da moeda, a oferta monetária é exógena e realizada pelo Banco Central. Dentro dessa concepção a estabilidade monetária seria obtida através de um rigoroso controle da oferta. Como os Bancos Centrais são sujeitos às interferências políticas ou a erros decorrentes da incompetência ou de falhas nas avaliações realizadas pelos responsáveis pela política monetária, os Bancos Centrais são incapazes de controlar a oferta monetária. Portanto, a melhor solução é a supressão dos Bancos Centrais, e isso se aplica de forma muito mais evidente nos países subdesenvolvidos. Schuler (1996) publicou um livro com o sugestivo título: “*Should developing countries have Central Banks?*”.

¹⁷ Deve-se destacar que a especulação não é um problema para os ortodoxos, ela é um mecanismo estabilizador que contribui para a determinação do equilíbrio de longo prazo.

a seguir, também não existiria mais a necessidade de controle da oferta monetária decorrente da criação secundária. Todos os bancos emissores realizam sua própria criação de moeda. Assim, os bancos privados seriam totalmente livres para criar capital fictício, sem nenhuma restrição nem controle, salvo das forças de mercado.

c) A criação da moeda privada

A terceira das “bases para a dolarização” seria a autorização para que os bancos privados emitissem suas próprias moedas¹⁸. O sistema bancário cria crédito (expansão secundária de moeda) através da base monetária nacional. No caso da Argentina, o Tesouro norte-americano estimava que os argentinos dispunham de cerca de 25 bilhões de dólares em notas. A esse montante, eles adicionavam mais 8 bilhões em pesos, o que dava um total de 33 bilhões de dólares como base monetária potencial. A permissão para os bancos emitirem suas próprias moedas possibilitaria que eles captassem esse enorme volume de papel-moeda em poder do público e aumentassem as suas reservas. Com mais reservas, os bancos aumentariam a oferta de crédito, as taxas de juros cairiam, “permitindo aos empresários levarem a cabo seus projetos que hoje em dia não são rentáveis devido ao ambiente de taxas de juros muito elevadas. A maior atividade empresarial criaria fontes de trabalho e impulsionaria o crescimento econômico.” (HANKE e SCHULER, 2001, p.20).

Os bancos poderiam captar os dólares em poder do público à medida que ganhassem a confiança dele. As pessoas aceitariam notas bancárias, denominadas em dólares, dos bancos em que confiassem e rejeitariam as notas dos bancos em que não tivessem confiança. Os bancos poderiam receber as notas em dólares e converter depósitos em suas próprias notas. Assim, os bancos aumentariam as suas reservas em dólares americanos por meio da redução dos dólares em poder do público. Este passaria a utilizar como meio de circulação as “moedas privadas”. Como não haveria mais Banco Central, nem a obrigatoriedade das reservas bancárias, o sistema poderia expandir o crédito e as taxas de juros diminuiriam. A “qualidade” do dinheiro privado seria garantida pela competição entre os bancos. Um banco, cuja confiança junto ao público fosse abalada, perderia clientes e teria prejuízos, ocorrendo o contrário com os bancos cuja confiança

¹⁸ Uma nova corrente ainda mais radical propõe a supressão da moeda. “A proposta positiva que surge das suas análises é, então, a de eliminar a moeda, mantendo apenas o papel do bancos de administradores de *portfólio* e de prestadores de serviços monetários via lançamentos contábeis que, (...), os NEM tratam como diferente da moeda propriamente dita.” (MOLLO, 1993, p. 129). Ver também Amado (1992, p. 290).

fosse mantida¹⁹. Para manterem seus lucros, cada banco em particular faria todo o esforço necessário para ganhar e manter a confiança do público. Como defesa da “privatização do dinheiro”, ainda arrolam mais um conjunto de vantagens que não cabe descrever aqui.

d) A eliminação dos controles de câmbio

Em junho de 2001, o Ministro da Fazenda da Argentina, Domingo Cavallo, introduziu a primeira mudança no sistema de conversibilidade, desvalorizando parcialmente o peso para os exportadores. A partir daí, foram introduzidas outras medidas como o *corralito* e as restrições à saída de divisas. Para Hanke e Schuler, “os controles de câmbio não são necessários se existe confiança” (p. 28). A dolarização e a conversão do peso em dólar à taxa de um por um garantiria a todos os depositantes que seus depósitos não seriam desvalorizados e isso interromperia imediatamente a corrida aos bancos. A permissão aos bancos para a emissão de notas poderia complementar a necessidade de meio circulante, acrescentando-se aos dólares em circulação. A reintrodução da confiança traria de volta aos bancos os depósitos em dólares e permitiria a recuperação do sistema bancário.

Este ponto está associado a uma avaliação sobre a internacionalização do sistema bancário argentino, que eles consideram que está muito mais forte atualmente do que era antes. A eliminação dos controles de câmbio, associada à dolarização e à permissão de emissão de “moedas privadas” integraria de forma eficiente o sistema bancário argentino ao sistema financeiro internacional. Nestas condições, todo o ajuste entre a demanda e a oferta de moeda seria realizado através da recomposição nas carteiras dos bancos internacionalizados²⁰, quer dizer, dos grandes bancos estrangeiros. Isso significa que a oferta monetária, nos termos da teoria quantitativa da moeda, tornar-se-ia endógena. Segundo esse ponto de vista, um crescimento da demanda interna de moeda seria atendido através da transferência de recursos das matrizes dos bancos estrangeiros. Uma redução na demanda de moeda deixaria um excesso de recursos nas casas bancárias, elas quase que automaticamente reciclariam esses recursos, aplicando-os no exterior. Uma questão que Hanke e Schuler não discutem é a imensa disparidade entre a Argentina e o Panamá e a

¹⁹ Os casos recentes das fraudes da Enron e Worldcom e a participação dos bancos nesses casos é um exemplo que contradiz esse “otimismo” dos autores.

²⁰ Essa concepção tem como experiência empírica o caso do Panamá, segundo a avaliação de Moreno-Villalaz (1999).

magnitude de recursos financeiros que envolveria no caso da Argentina, mas para eles isso não tem nenhuma importância.

e) Outros aspectos

Hanke e Schuler discutem ainda outros dois aspectos; a suspensão da emissão dos bônus emitidos pelas províncias e a venda do *Banco de la Nación Argentina*. Os bônus provinciais funcionam como uma outra moeda alternativa e servem de meio de circulação e meio de pagamento. Entretanto, eles se desvalorizam mais ou menos rapidamente e serão resgatados em seu valor de face. Ou seja, eles se constituem em um mecanismo importante de transferência de riqueza. Mas, essa não é a preocupação de Hanke e Schuler. Para eles o perigo é que a emissão dos bônus aumenta a oferta monetária e a pressão para a desvalorização do peso. O que contraria diretamente a primeira das bases para a dolarização, por isso deveriam ser rapidamente suprimidos.

A venda do *Banco de la Nación* tem duas justificativas; a primeira é o problema tradicionalmente criticado da ineficiência estatal e da separação entre o financiamento público estatal através dos impostos ou de créditos bancários de bancos do próprio Estado; a segunda justificativa tem como argumento a proposta da “privatização do dinheiro”. Como o *Banco de la Nación* é o maior banco com 14,5% de todos os depósitos bancários, o estatuto especial de banco estatal permitiria o retorno à idéia de utilizá-lo como um mecanismo para o retorno ao sistema bancário centralizado.

Em maio de 2002²¹, em entrevista ao Jornal *La Nación*, Steve Hanke afirmava: “Se a Argentina espera emergir de seu caos atual, seu regime fiscal deve estar completamente subordinado ao seu regime monetário. O único modo de fazê-lo é desmontando o Banco Central, liquidando com o peso, dolarizar completamente a economia e proibir a emissão de quase-moedas”. (HANKE, 2002). Assim, se para muitos o colapso do sistema de conversibilidade demonstrava a falência do projeto neoliberal e criava argumentos contra a dolarização, o mesmo não ocorreu com os seus defensores. Eles parecem estar ainda mais atuantes do que nunca e fazem muita pressão com vistas à dolarização²² da América Latina.

²¹ Um pouco antes, em fevereiro de 2002, Schuler apresenta outro texto sobre a dolarização na Argentina, intitulado “Dolarização - permanece como a melhor escolha para a Argentina”. (SCHULER, 2002).

²² “México es el portal a [dolarização da] América Latina y puede por lo tanto jugar un papel decisivo en el establecimiento de una base monetaria en apoyo de mayor comercio y mayor prosperidad para todas las

3. AS CRÍTICAS ÀS PROPOSTAS DOLARIZAÇÃO

a) Crítica à concepção teórica do neoliberalismo.

A teoria econômica do neoliberalismo é a teoria neoclássica. A partir dela os neoliberais concebem e apresentam suas propostas de intervenção do Estado. Podemos dizer que, segundo a filosofia e o método neoliberal, o papel do Estado seria fazer com que a realidade se convertesse no modelo teórico neoclássico. Esta é uma das razões implícitas no raciocínio de que as crises atuais não são decorrentes das políticas neoliberais, mas resultantes da insuficiência das medidas, de sua má aplicação ou da incompetência dos políticos. É essa fé liberal que impulsiona indivíduos como Hanke e Schuler em seus esforços em prol da dolarização.

As bases do modelo neoclássico são a soberania do consumidor, o pleno conhecimento do mercado e a livre mobilidade dos fatores, que, fundamentados na propriedade privada e impulsionados pela concorrência, conduziria ao melhor dos mundos, em perfeito equilíbrio²³. Um mundo no qual não existiria a exploração do trabalho, em que os fatores de produção seriam utilizados de forma ótima, em que os salários seriam iguais à contribuição de cada um para a produção e os lucros desapareceriam, no longo prazo²⁴.

Consideramos que a principal crítica à consistência lógica dessa teoria foi realizada por Joan Robinson²⁵ em 1953-4, que gerou a famosa, mas esquecida, controvérsia sobre o capital entre as universidades de Cambridge da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Essa crítica é retomada periodicamente por economistas heterodoxos como Pierre Salama²⁶, no final dos anos setenta, e por Rémy Herrera²⁷, atualmente. Se nos anos cinquenta e sessenta,

naciones participantes. Estados Unidos ya debería estar enviando tanto un mensaje urgente como una amable invitación a México.” (SHELTON, 1999).

²³ Esses aspectos eram discutidos nos antigos manuais de microeconomia, utilizados no ensino de economia. Os manuais que são utilizados atualmente nem os discutem mais.

²⁴ Wallerstein (1999) faz uma profunda reflexão sobre a ideologia do liberalismo e suas relações com o conservadorismo e o socialismo, mas sem entrar na discussão desses aspectos.

²⁵ “a função de produção tem sido um poderoso instrumento de desaprendizagem. Ao estudante de teoria econômica se ensina a escrever $q = f(L, C)$ onde L é a quantidade de trabalho, C a quantidade de capital e q a taxa de produção de mercadorias. Ele é instruído a assumir todos os trabalhadores iguais e a medir L em homens-hora de trabalho; ele ouve algo sobre o problema do número índice envolvido na escolha de uma unidade do produto e, então, é empurrado para a próxima questão, na esperança de que se esqueça de perguntar em que unidades C é medido. Antes que ele faça tal pergunta, já se transformou em professor e, assim, hábitos relaxados de pensamento são passados de uma geração para outra. (ROBINSON, 1978, p. 33).

²⁶ Salama, 1979, p. 83 e seguintes.

²⁷ Em uma crítica à chamada “nova teoria neoclássica do crescimento”, ele diz que “... o que se qualifica muitas vezes de *progresso dentro da teoria* corresponde, em última análise, a um verdadeiro *recuo científico*.” (HERRERA, 2000, p.57)

os neoclássicos tentaram encontrar uma solução, sem obter sucesso, hoje eles ignoram o problema. Mais ainda, “avançaram” em direção a um mundo em que há uma única mercadoria ou um único agente. “Solução” que efetivamente suprime o problema da heterogeneidade do capital, mas torna-se inútil dado que não pode existir um mundo com uma única mercadoria, mas com moeda, preços, taxas de juros e de câmbio. Os modelos não poderiam mais ter compras e vendas, mercado, trabalhadores nem capitalistas. O problema é que eles têm. O poder da ideologia liberal e a hegemonia da teoria neoclássica conduzem muitos economistas, inclusive muitos que se colocam como heterodoxos²⁸, a construir modelos com uma única mercadoria ou um único agente.

Após mais de duas décadas de liberalização das economias, a realidade opõe-se radicalmente contra o mundo idealizado segundo a teoria neoclássica. A defesa dos neoliberais apóia-se no fato de que a liberalização realizada não é exatamente a que eles propõem. Ela teria que ser mais profunda, enquanto que os Estados Nacionais ainda teimam em manter sistemas públicos de proteção social, regulamentos que protegem os trabalhadores no mercado de trabalho, controles de câmbio e de capital, etc. Na esfera internacional, o FMI²⁹ deveria ser suprimido por conta de suas políticas equivocadas. O apoio dessa instituição a vários países que introduziram o regime de taxa de câmbio flutuante conduziu a resultados desastrosos. Essa é a posição de Hanke (2002), que como Gary Becker³⁰, é partidário de um regime rigoroso de taxa de câmbio fixa, o *currency board*, para os países subdesenvolvidos.

Ao contrário dos liberais, Danaher (2001) apresenta “10 razões para abolir o FMI (...)” sob um outro ponto de vista. Ele vai mais longe e inclui o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Para Danaher, os Estados Nacionais e as instituições internacionais são os meios através dos quais as burguesias nacionais associadas à grande burguesia internacional estão pilhando o mundo. As conseqüências dessa pilhagem são o

²⁸ Bowles (2000), por exemplo, discute a questão da redistribuição construindo um modelo no qual “Existe um único bem que é utilizado tanto como consumo quanto como capital.” (p.10) e, mais adiante (p.11), “Logo existem $n + 1$ preços neste modelo: o salário real (preço de uma hora de trabalho em relação com o preço do trigo) de cada uma das n nações e a taxa global de juros (preço dos bens agora em relação aos bens mais tarde)”. Ele nada diz sobre como são expressos os preços. Ver também Bertella e Lima (2001), que trabalham com um modelo aberto com uma única mercadoria no qual utilizam *ad-hoc* preços em moeda local e estrangeira (p. 90).

²⁹ “*Financial crisis requires economic reforms, not IMF loans. As nations liberalize, private investment and credit will return. It is time to close the fund*” . (Bandow, 1998). Ver também Hanke (1999) e Hanke (2000).

³⁰ Becker, 1999, p. 23.

aumento da pobreza, da miséria e da fome que se espalha pelo mundo³¹. Antes da ocupação europeia, na África, os africanos não passavam fome. O mesmo ocorria na América Latina. Em suas pesquisas, no início dos anos oitenta, o autor aprende que “são os ricos, e não os pobres, que criam a miséria” (p. 24). Nos Estados Unidos a desigualdade é grande e está aumentando: “5% dos americanos são proprietários de 81,9% das ações e controlam 57,4% da riqueza total do país [...] em 1980, um executivo ganhava 42 vezes mais do que um operário. Em 1999, o mercado propulsou esta desigualdade para até 475 vezes.” (p. 39-40). É esta realidade, dos Estados Unidos, que se configura de forma muito mais grave na América Latina, na qual, a maioria dos países são diletos discípulos das receitas do FMI.

No entanto, é necessário qualificar um pouco mais os neoliberais. Quando criticam o FMI por apoiar os governos por meio de empréstimos, sancionando o resgate das perdas decorrentes de uma especulação equivocada (o risco moral), eles têm razão. Os governantes dos Estados Nacionais, que dizem defender os interesses populares, não deveriam participar desse tipo de acordo, deixando que a burguesia assumira as perdas decorrentes de sua postura especulativa, conivente com o capital financeiro. Mas, quando os neoliberais defendem o *currency board*, como a melhor política cambial para os países subdesenvolvidos, estão defendendo diretamente o interesse dos especuladores em detrimento da população, que dizem defender.

Apesar disso, defendem o ponto de vista de que uma desvalorização cambial conduz à uma aceleração da inflação e quem perde são os pobres. É evidente que os pobres perdem, mas nem os Estados Nacionais capitalistas subdesenvolvidos e nem os dos países desenvolvidos estão realmente preocupados com a pobreza. Eles sempre estiveram e sempre estarão preocupados com o capital, afinal são Estados capitalistas. Também é correto que com a redução da inflação e com o aumento da taxa de crescimento econômico a pobreza diminui. Mas o fundamental não é a pobreza, o fundamental para a construção de uma nova sociedade é a supressão da exploração do trabalho dos trabalhadores.

b) O que significa realmente a soberania monetária?

³¹ “O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD] mostra que os 20% mais ricos da população mundial consomem 86% dos seus recursos e sobram somente 14% para os mais desamparados – ou seja, 80% da humanidade (DANAHER, 2001, p.33).

Ao contrário do que colocam alguns dos liberais, a soberania monetária não significa simplesmente o orgulho nacionalista de se ter uma moeda nacional. Significa a possibilidade de executar uma política monetária independentemente da política monetária norte-americana. Ela tanto pode viabilizar os interesses da burguesia latino-americana, nacionalista e geralmente arcaica, quanto pode ajudar a manter conquistas da classe trabalhadora ainda no interior do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a substituição da moeda nacional pelo dólar, como já demonstraram alguns países latinos, contribuiria para colocar por terra os ganhos historicamente obtidos pelos trabalhadores³², sem que as burguesias nacionais deixassem de recompor, embora de forma mais submissa, a aliança com o capital norte-americano.

Para a América Latina, as crises cambiais recorrentes são uma realidade que se aguça com o advento do acordo do livre comércio. Pelo lado estritamente comercial, a falta de instrumentos tarifários de incentivo à exportação, de proteção à indústria nacional e o aumento da concorrência com empresas da América do Norte comprometerá o balanço de pagamentos, determinando o tipo de reestruturação do parque industrial e de desenvolvimento das forças produtivas. O desemprego aumentará, seja em razão das crises cíclicas que ocorrerão, seja em razão da prioridade do setor exportador para cobrir as necessidades de importação, aumentando a especialização em busca de produtividade.

A dolarização deliberada, como querem seus defensores, agravará sobremaneira esse quadro. Em primeiro lugar, as políticas anti-cíclicas serão mais dificultadas. Em segundo lugar, tratar-se-ia, na prática, da criação de uma zona monetária que engloba diferentes mercados, portanto, com fluxo de capital livre. Entretanto, as restrições à mobilidade do trabalho irão deteriorar ainda mais as condições de trabalho. Isso porque o aumento da concorrência fará com que os diversos países tentem aumentar sua produtividade aprofundando os ajustes no mercado de trabalho, ou seja, aumentando a taxa de exploração.

É ainda importante ressaltar que tais resultados negativos não são frutos da forma como a dolarização seria posta em prática ou do seu grau de abrangência, mas sim em razão da própria realidade não considerada pelas concepções teóricas que a justificam.

³² As reformas econômicas na América Latina, nos anos noventa, já retiraram muitos desses direitos, independentemente da dolarização.

A moeda não é mero meio de troca, sem efeitos sobre a economia real e necessitando apenas uma disciplina rígida em sua gestão. Ela também não pode ser limitada a importante instrumento, via taxa de juros, de interferência na acumulação capital. As principais conclusões e críticas aqui levantadas decorrem do reconhecimento de que o dinheiro representa o valor produzido e realizado em um espaço determinado pela acumulação capitalista, cuja lógica tem nos Estados Nacionais um instrumento fundamental e, portanto, suas respectivas moedas. A supressão dessas moedas significaria perda de soberania em consequência da tentativa de constituir um único mercado, comandado pelo Estado emissor do dólar.

Com a dolarização modifica-se ao mesmo tempo o padrão de preços e a medida de valor apropriada às condições locais de produção e comercialização. No primeiro caso, mais do que abdicação de política monetária própria, trata-se de supressão de uma unidade capaz de representar as características econômicas, como o grau de desenvolvimento das forças produtivas, de determinado espaço. A taxa de câmbio reflete a relação entre diferentes condições de produção e a inserção das economias nacionais no sistema mundial. Não é fixando a taxa de câmbio que se obterá a homogeneização das condições de produção. No segundo caso, desconhece-se que não pode haver economia sem um vínculo estreito entre as condições de produção e a circulação dessas mercadorias no mercado, e esse vínculo é dado pela variação do valor do dinheiro. Assim, fixar o valor do dinheiro artificialmente, por meio da adoção de outra moeda, significa desvincular o padrão de preços das modificações normais e diferenciadas entre as economias, em especial a variação de produtividade.

Nesse sentido, a soberania monetária em países subdesenvolvidos é muito diferente daquela dos países desenvolvidos. Ela tem como restrição principal a forma como cada economia se insere no sistema mundial. Um país subdesenvolvido jamais terá uma moeda forte e estável segundo imaginam os neoliberais. O principal objetivo da chamada estabilidade monetária é garantir os rendimentos do capital monetário, apesar do discurso de que são os pobres que perdem com a inflação.

c) Superar as contradições do dinheiro e do capital.

A superação da volatilidade, da instabilidade e da incerteza na economia não pode ser obtida pela unificação monetária, independentemente da forma em que ocorra, seja pela

criação de uma moeda comum a vários países ou através da dolarização. Isso porque a volatilidade e a instabilidade são a aparência de como desenvolvem concretamente as contradições próprias à acumulação capitalista e a incerteza é fruto da anarquia da produção, própria às sociedades comandadas pelo mercado.

O caminho para a superação dessas contradições passa necessariamente pela supressão do dinheiro como capital, capital entendido como uma relação social de produção, na qual a taxa de exploração da força de trabalho determina a taxa global de lucro, em termos de valor. A volatilidade e a instabilidade monetária decorre da disputa entre as diferentes formas autonomizadas do capital na apropriação do valor produzido e na redistribuição da riqueza acumulada. No estágio atual da acumulação capitalista, parte dessa contradição é encoberta através da criação de capital fictício que se desvaloriza durante as crises financeiras. Mais ainda, a volatilidade e a instabilidade das moedas e das taxas de câmbio são condições necessárias para o funcionamento dos mercados desregulados. Pois sem elas a própria existência do capital monetário especulativo seria comprometida pela supressão de uma das formas de sua existência. Essa é uma das razões pela qual a fração financeira da classe dominante e seus aliados defendem tanto a liberdade do “mercado”.

Mas, a regulação do mercado financeiro não é condição suficiente para uma solução das contradições capitalistas, que realmente atenda as necessidades da maioria da população e nem mesmo do capital. Isso porque as crises financeiras recorrentes dos anos noventa foi o resultado do desenvolvimento das contradições do capital durante os “anos dourados”, período em que os fluxos de capitais eram controlados e regulados pelos acordos internacionais.

Essas contradições só serão superadas com a supressão não só do capital especulativo mas com todo o capital, ou seja com a relação social fundamental da economia capitalista, a exploração do trabalho. Isso significa que a sociedade deverá organizar-se sob novas relações sociais na qual não haja espaço para a existência de nenhuma forma de capital. Com isso, devem ser superadas também as atuais formas de produção e apropriação da riqueza nas quais o dinheiro desempenha um papel fundamental, ou seja a superação da própria forma dinheiro e da mercadoria como a célula fundamental da riqueza capitalista.

Referências Bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. La trampa de la dolarización. Reflexiones para una discusión latinoamericana. *INTER-FORUM*, 11/02/2002. <http://www.revistainterforum.com>.
- AMADO, Adriana Moreira. O real e o monetário em economia: traços ortodoxos e heterodoxos do pensamento econômico. In: SILVA, Maria Lúiza Falcão (Org.). *Moeda e Produção: teorias comparadas*. Brasília (DF): Editora da UNB, 1992. p. 285-314.
- BANDOW, Doug. Kill the IMF. 1998. <http://www.cato.org/current/Kill IMF.htm>.
- BECKER, Gary. La grande dépression n'aura pás lieu. In: LEPAGE, Henri e WAJSMAN, Patrick. *Vingt économistes face à la crise*. Paris: Odile Jacob, 1999.
- BERG, Andrew e BORENSZTEIN, Eduardo. Plena dolarización. Ventajas e inconvenientes. IMF. *Economic issues* no. 24. 2000. www.imf.org/external/pubs/ft/issues/issues24s/index.htm.
- BERTELLA, Mário Augusto e LIMA, Gilberto Tadeu. Termos de troca, salário real e nível de atividade produtiva. *Revista da SEP*. Rio de Janeiro: Sette Letras, no. 9, 2001.
- BOWLES, Samuel. Globalização e redistribuição igualitária. *Revista da SEP*. Rio de Janeiro: Sette Letras, no. 7, 2001.
- DANAHER, Kevin. *10 raisons d'abolir le FMI et la Banque Mondiale*. Paris: Le serpent a plumes, 2001.
- GIAMBIAGI, Fábio. A moeda comum como base do crescimento do Brasil e Argentina. *Ensaio BNDES* 13, 2001. <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/ensaio.asp>.
- GIAMBIAGI, Fábio. Mercosul: Por que a Unificação Monetária faz Sentido a Longo Prazo? *Ensaio BNDES* 12, 1999. <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/ensaio.asp>.
- GIAMBIAGI, Fábio. Uma Proposta de Unificação Monetária dos Países do Mercosul. *Ensaio BNDES* 4, 1997. <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/ensaio.asp>.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. A ALCA e o fim do MERCOSUL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil/IPRI. *Seminário ALCA: riscos e oportunidades para o Brasil*. São Paulo, 08/05/1998.
- HANKE, Steve e SCHULER, Kurt. Como dolarizar en Argentina. 2001. <http://www.cato.org/current/argentina/011231.pdf>.
- HANKE, Steve e SCHULER, Kurt. Una Propuesta de Dolarización para Argentina. 1999. http://www.elcato.org/proppedolar_hanke.htm.
- HANKE, Steve. El desastroso elixir de FMI. 2000. http://www.elcato.org/elixirfmi_hanke.htm
- HANKE, Steve. Fondo Monetario: ¡YA BASTA! *Cato Journal*, 1999. http://www.elcato.org/fmi_hanke.htm.
- HANKE, Steve. Propuesta para Argentina. Money-Market Mutual Fund Banking. 24 de mayo de 2002. http://www.cato.org/current/argentina/hanke_entrevisacion.htm.

- HERRERA, Rémy. Por uma crítica da nova teoria neoclássica do crescimento. *Revista da SEP*. Rio de Janeiro: Sette Letras, no. 7, 2001.
- HERRERO, Alicia Garcia e GLÖCKLER, Gabriel. L'Amérique Latine face à la mondialisation: union monétaire régionale ou dollarisation? *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris: La Documentation Française. No. 41, avril-juin 2001.
- IIEP – Instituto Ecuatoriano de Economía Política. Dolarización Oficial em Ecuador. Guayaquil, 2000. <http://www.his.com/~ieep>.
- IESOP. El sucre revive. *INFORME CONFIDENCIAL. El Hecho de la Quinzena*. No. 140, 27/07/2002.
- LAVAGNA, Roberto e GIAMBIAGI, Fábio. *Ensaio BNDES 6*, 1998. Hacia la Creación de una Moneda Común: una Propuesta de Convergencia Coordinada de Políticas Macroeconómicas en el Mercosur. <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/ensaio.asp>.
- MARTÍ, José (1891). La conferencia monetaria de las Repúblicas de América. <http://www.filosofia.cu/marti/mt06155.htm>.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. A questão da complementaridade das funções da moeda: aspectos teóricos e a realidade das hiperinflações. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (14)1: 117-143, 1993.
- MORANDI, Angela et alii. L'Etat et la monnaie en Amérique Latine. Les tendances à la dollarisation. *Revue Tiers monde*, n. 171, juillet-septembre. PUF, Paris, 2002.
- MORENO-VILLALAZ, Juan Luiz. Lecciones de la Experiencia Monetaria Panameña: Una economía dolarizada com integración financiera. *Cato Journal*, no. 3, 1999.
- NAKATANI, Paulo. A crise na América Latina e as perspectivas da ALCA. Mimeo. 2002.
- ROBINSON, Joan. A função de produção e a teoria do capital. In: HARCOURT, G.C. & LAING, N.F. *Capital e crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Interciência, 1978, p. 33-48.
- SALAMA, Pierre. A pobreza colhida nas turbulências macroeconômicas. *Revista da SEP* no. 10. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002. p. 80-114.
- SALAMA, Pierre. *Sur la valeur*. Paris: Maspero, 1979.
- SCHULER, Kurt. Dollarization, still the better choice for Argentina. U.S. Congress. Joint Economic Committee. 2002. <http://www.dollarization.org>.
- SCHULER, Kurt. Fundamentos de la dolarización. IIEP, 1999. <http://www.his.com/~ieep>.
- SCHULER, Kurt. Basics of dollarization. 2000. <http://www.senate.gov/~jec/>.
- SHELTON, Judy. México: Portal para la dolarización em América Latina. *Cato Journal*, Março 1999. http://www.elcato.org/mexicoportaldolar_shelton.htm
- WALLERSTEIN, Immanuel. *L'après libéralisme. Essai sur un système-monde à réinventer*. Paris: l'Aube, 1999.